

ARTIGO

# Definições e nomeações sobre a população em situação de rua: revisão integrativa de literatura no campo das ciências humanas, sociais e da saúde.

**Definitions and nominations about the homeless population: an integrative literature review in the field of human, social and health sciences.**

Edson Benedito Rondon Filho<sup>1</sup>, Cláudia Cristina Ferreira Carvalho<sup>II</sup>

## Resumo

Por meio de revisão integrativa de literatura produzida em pesquisas realizadas em língua portuguesa, referente ao período de 2016 a 2020, existente na base de dissertações e teses da CAPES, este artigo objetiva analisar como a população em situação de rua é definida pelos pesquisadores no campo das pesquisas das Ciências Sociais, Humanas e da Saúde, com especial destaque na Antropologia, Ciência Política, Direito, Educação, Psicologia, Saúde Coletiva e Sociologia. A abordagem é quanti-qualitativa, de caráter exploratório e fundamentado na metodologia informacional do NVivo .10.

**Palavras-chave:** População em situação de rua; percepções e definições; Revisão integrativa de literatura.

## Introdução

Parece ser consensual afirmar que não se pode compreender o fenômeno da população em situação de rua sem contextualizar os efeitos da globalização econômica, a divisão desigual e desproporcional dos recursos simbólicos e materiais, bem como o

<sup>I</sup> Doutor em Sociologia - Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha "Violência, Cidadania, Criminalização e Direito" - Bolsista CAPES - PDSE - Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales. (CESDIP) - France. Docente do Curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP/ Araputanga / MT / Brasil). Professor do Mestrado em Sociologia (PPGS/UFMT). E-mail: edsonrondon@hotmail.com

<sup>II</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso /UFMT, Bolsista Capes, com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/CES/Portugal (2017). Mestre em Educação, Linha de Pesquisa Formação de Professores, pela Universidade Federal de Mato Grosso (2008). Possui graduação em Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar pela Faculdade Cuiabana de Educação e Letras (1994).

## Abstract

Through an Integrative Literature Review produced in Portuguese, referring to the period from 2016 to 2020, existing at the base of CAPES dissertations and theses, this article aims to analyze how the homeless population is defined by researchers in the field of Social Sciences, Humanities and Health, with special emphasis on Anthropology, Political Science, Law, Education, Psychology, Collective Health and Sociology. The approach is quantitative and qualitative, exploratory and based on the informational methodology of NVivo .10.

**Keywords:** Homeless population; perceptions and definitions; Integrative literature review.

colonialismo interno nos países de terceiro mundo e, principalmente, como o humano é diferentemente concebido nos processos democráticos que deveriam garantir a inclusão para grande parcela da população.

É nesse caldeirão cultural que a rua, na sua heterogeneidade populacional, clama pelo reconhecimento dos grupos ali existentes, destacando-se os (as) desempregados (as), os(as) migrantes, os(as) egressos (as) dos sistemas penitenciário e psiquiátrico além dos famosos "trecheiros(as)"<sup>III</sup>, negros(as), indígenas, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, LGBTQI+, entre alguns a citar.

<sup>III</sup> Pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais)", segundo: Brasil, "Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua". Brasília: Governo Federal, 2008, p.8.



Recentemente, de acordo com o levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais, de janeiro a maio de 2022, mais de 26 mil novas pessoas foram registradas como em situação de rua no CadÚnico, o cadastro do governo federal que dá acesso a benefícios sociais. Hoje, no Brasil, estima-se que mais de 180 mil pessoas estejam nessa situação.

Desse modo, pretende-se por meio da abordagem procedimental metodológica proposta, denominada revisão integrativa da literatura, mapear como a população em situação de rua é definida em trabalhos acadêmicos, traduzidos em forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, disponíveis no banco de teses e dissertações da base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os períodos de 2016 a 2020, no campo das Ciências Sociais, Humanas e da Saúde, a saber: Antropologia, Ciência Política, Direito, Educação, Psicologia, Saúde Coletiva e Sociologia<sup>1</sup>.

A revisão integrativa do conceito de população em situação de rua, proposta deste estudo, tem abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório, e deita raiz nas epistemologias prenches da crítica decolonial que emerge como alternativa paradigmática de produção do conhecimento científico, trazendo para emergência um conjunto de saberes e sujeitos, outrora obscurecidos(as) e ausentes pelo pensamento único da racionalidade moderna eurocêntrica.

Há ao menos três reflexões a serem consideradas: a primeira é a ideia de que todo conhecimento válido é sempre contextual e constituído das experiências sociais, políticas e culturais de diferentes sujeitos (es) em seus múltiplos lugares de enunciação. Nutrida das experiências daqueles grupos e pessoas do Sul-global que sofrem as injustiças sociais, cognitivas, sexuais e raciais, as Epistemologias do Sul interpelam de modo particular as formas de dominação colonial, as desigualdades do sistema mundo capitalista e o heteropatriarcado.

O segundo movimento reflexivo se traduz na percepção da violência epistêmica como uma estratégia de poder de manutenção do projeto de dominação colonial. Uma violência que se vale de um corpo político

de conhecimento universalista que assume a falsa neutralidade e a objetividade com modos de produção e validação científica que desincorpora o conhecimento e o transforma em algo não-situado. A mesma violência epistemicida civilizatória que historicamente permitiu que o homem-europeu-branco se transformasse num único sujeito de enunciação e o único sobre quem se vê, fala e escreve. E, ao se autoproclamar como o centro da representação e representatividade de uma consciência universal, silenciou e invisibilizou uma parcela significativa da infinita experiência de pensar e viver o mundo<sup>2</sup>.

O terceiro movimento do ponto de vista ontológico é perceber como “os (as) condenados (as)”<sup>3</sup>, em tempos modernos, sofrem os efeitos das linhas de exclusões radicais geradas e gerenciadas pelas desigualdades produzidas pelo “sistema mundo”<sup>4</sup> capitalista, colonial e heteropatriarcal. Há nisso uma amnésia e invisibilidade dos condenados da terra como elementos constitutivos da modernidade ocidental, um verdadeiro adoecimento que leva ao homicídio e à destruição. Trazer das ruínas da modernidade ocidental a emergência ontológica dos(as) condenados(as) como um exercício epistêmico e político é, sem dúvidas, um giro transgressor na geopolítica do “colonialismo do ser e do saber”<sup>5</sup>, e colabora com a descolonização simbólica e material daqueles (as) que se encontram aprisionados(as) ao complexo espectro do histórico processo de subalternização, subordinação e invisibilidade.

Tais reflexões corroboram a constatação do mundo moderno ocidental colonial cindido ao meio por uma linha abissal, constitutiva de uma diferenciação subalterna que caracterizou a realidade social em zonas “civilizadas” (linha do Ser) e zonas “coloniais” (linha do Não-ser), forjando um mundo cortado ao meio, onde, de um lado, vigora a “emancipação social” e, de outro, “a apropriação e a violência”. E, sabe-se que as populações em situação de rua são aquelas que, em grande medida, estão do outro lado da linha, para quem a realidade tem sido a apropriação e a violência<sup>6</sup>.

### **Procedimentos metodológicos**

Sabe-se que todo conhecimento, atualmente, passa inicialmente por uma revisão da literatura

pertinente, sobretudo quando se pretende revisar as teorias existentes, com possibilidade de se incluir estudos experimentais ou não, para se obter uma síntese daquilo que está disponível em fundamento científico. A dinâmica atual de exponencial capacidade de difusão de informações exige estratégias e técnicas de pesquisa que, metodologicamente, possibilitem racionalização de busca e interpretação de dados referentes a um problema científico e que, preferencialmente se apresenta em síntese os resultados. Tal perspectiva metodológica de pesquisa permite integrar os conceitos, opiniões e ideias abordadas nesses estudos nas diversas áreas de conhecimento que serão avaliadas.

Para o presente estudo, optou-se pela revisão integrativa adaptada por ser considerada uma das alternativas metodológicas que permite a verificação pragmática de literatura pertinente aos estudos e pesquisas vinculados à produção do conhecimento sobre as populações em situação de rua, em perspectiva associada à metodologia informacional de abordagem qualitativa, com ênfase no rigor metodológico.

Conforme a literatura especializada, a revisão integrativa deve cumprir algumas etapas, a seguir descritas: 1) definição de problema; 2) definição de amostra da literatura a ser investigada; 3) estabelecimento de confiança da fonte; 4) análise criteriosa; 5) discussão dos resultados e 6) apresentação da revisão integrativa.

Na etapa da definição de problema, a questão a ser respondida é: qual definição de população em

situação de rua tem preponderado nas dissertações e teses, entre o período de 2016 a 2020, na base CAPES?

Essa pergunta tem sua pertinência pela necessidade de se verificar se as pesquisas na Antropologia, Ciência Política, Direito, Educação, Psicologia, Saúde Coletiva e Sociologia têm empregados a mesma definição sobre a população em situação de rua ou se há divergências nas escolhas pela forma de compreensão do fenômeno.

A seleção dos trabalhos a serem investigados teve como base o banco de dados de teses e dissertações da CAPES<sup>7</sup>, onde foram digitados os seguintes parâmetros: “população em situação de rua” e “população de rua”.

Após conferência das listas de retorno da busca, chegou-se à conclusão da coincidência dos títulos trazidos como resultado, em número de 1.290.953 trabalhos, sendo 950.109 dissertações de mestrado e 340.844 teses de doutorado.

Como o recorte temporal definido se refere ao período entre 2016 e 2022, foram acionados os filtros na base CAPES dos seguintes anos: 2016; 2017; 2018; 2019 e 2020, sendo que o sistema retornou o quantitativo de 432.661 teses e dissertações de todas as áreas.

Em seguida, foi acionado o filtro do sistema para selecionar as teses e dissertações em Educação, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Psicologia, Saúde Coletiva e Direito, sendo retornado o quantitativo de 62.746 trabalhos.

**Tabela 1. Produção disponível 2016/2020 por Área de Estudo**

	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Trabalhos disponíveis	83084	85274	89906	94519	79878	432661
Educação	4777	5136	5078	5483	4956	25430
Antropologia	397	408	469	498	403	2175
Sociologia	1060	963	985	957	906	4871
Ciência Política	421	409	494	508	432	2264
Psicologia	1276	1433	1510	1642	1337	7198
Saúde Coletiva	1273	1189	1251	1470	1046	6229
Direito	2699	2850	3016	3005	3009	14579

Fonte: Banco de teses e dissertações da base CAPES (2022)

De cada área indicada, o sistema CAPES gerou uma lista com 20 (vinte) títulos por página, com número de páginas limitado até o correspondente quantitativo de trabalhos retornados pelo sistema. Para escolha da amostra, uma vez que a abordagem se ancora em metodologia informacional, por racionalização do tempo, de início, limitou-se o retorno dos resultados aos 100 (cem) primeiros trabalhos, de onde seriam extraídos 10 (dez) trabalhos por área para análise. A amostra foi indicada com base no cálculo aleatório do software Excell, com criação de planilha, onde, na célula inicial, foi digitado “=rand()”, pressionando-se o “Enter”, o que gerou um número aleatório. Em seguida, essa primeira célula foi copiada e colada nas demais células. Com a classificação de cada linha com o número aleatório, tais registros foram confrontados com a lista gerada no sistema CAPES, de onde foram baixadas as teses e dissertações correspondentes aos números aleatórios.

Ocorreu que alguns dos trabalhos indicados pelo cálculo aleatório não estavam disponíveis no banco da CAPES, o que levou à sua exclusão. Da mesma forma, outros trabalhos, após leitura atenciosa, nada tinham de relação com a temática pesquisada, apenas tangenciavam a questão da rua, sem adentrar no fenômeno “população em situação de rua”, e foram, por isso, também descartados.

Depois desse processo de descarte, a amostra aleatória ficou com 49 (quarenta e nove) trabalhos, sendo: 4 (quatro) trabalhos de Antropologia, 2 (dois) de Ciência Política, 9 (nove) de Direito, 7 (sete) de Educação, 10 (dez) de Psicologia, 9 (nove) em Saúde Coletiva e 8 (oito) em Sociologia, com análise feita por meio do software NVivo .10, cujos termos básicos de compreensão são: fontes, codificações, nós e

classificações das intersecções. As fontes consistem em todo o material coletado. A codificação é a reunião desse material por fator de interesse da pesquisa no tema. A busca do conceito ou definição dão origem à criação dos “nós” que, posteriormente, alimentarão os dados e informações coletados e afetos à sua definição para quantificação e análise<sup>8</sup>.

Não há restrição quanto ao emprego da revisão integrativa da literatura nas diversas áreas de conhecimentos existente, afinal, seu trunfo é a possibilidade de sistematizar aquilo que se quer saber, formando-se um mosaico sobre os objetos de interesse, de onde conclusões são apresentadas após análise dos dados coletados. Pode-se dizer que é uma revisão sistemática, na qual se define previamente como se dará a exclusão e a seleção das fontes analisadas<sup>9</sup>.

Na etapa de estabelecimento de confiança, partiu-se do pressuposto de que todos os trabalhos constantes na base CAPES são confiáveis, pois que provenientes do sistema formal de ensino, todos submetidos à banca avaliadora formada por professores doutores, dentro das regras e qualidades aceitas pela academia, em instituições de ensino superior reconhecidas.

A análise decorreu de sistematização propiciada pelo software NVivo .10, na qual foram criados “nós” referentes às definições do termo “população em situação de rua”, dos resumos e das palavras-chave de todos os trabalhos analisados.

### Discussão dos resultados

Da leitura das teses e dissertações selecionadas na base CAPES, se extraiu as definições de população em situação de rua pelos autores (as), cadastradas no NVivo .10, conforme o quadro adiante

DEFINIÇÃO/ NOMINAÇÃO	FONTE	TOTAL
Esfarrapado	N. 2 (Antropologia)	1
Mendigo	N. 2 (Antropologia) / N. 6 (Antropologia) / N. 1 (Direito) / N. 4 (Direito) / N. 5 (Direito) / N. 6 (Direito) / N. 8 (Direito) / N. 2 (Educação) / N. 3 (Psicologia) / N. 1 (Saúde Coletiva) / N. 4 (Saúde Coletiva) / N. 3 (Sociologia)	12

Morador de rua	N. 2 (Antropologia) / N. 5 (Antropologia)/ N. 2 (Direito)/ N. 4 (Direito)/ N. 5 (Direito)/ N. 8 (Direito)/ N. 2 (Educação)/ N. 6 (Educação)/ N. 9 (Educação)/ N. 7 (Psicologia)/ N. 1 (Saúde Coletiva)/ N. 4 (Saúde Coletiva)/ N. 8 (Saúde Coletiva)	13
Virador	N. 2 (Antropologia)	1
Habitante da rua	N. 2 (Antropologia)/ N. 2 (Direito)	2
Nômade urbano	N. 2 (Antropologia)/ N. 2 (Direito)	2
Pessoas sem domicílio (PSD)	N. 2 (Antropologia)	1
Sem domicílio Fixo (SDF)	N. 2 (Antropologia)	1
Andarilho	N. 2 (Antropologia)/ N. 4 (Direito)/ N. 4 (Direito)/ N. 6 (Direito)/ N. 8 (Direito)/ N. 1 (Saúde Coletiva)	6
Egressos de sistema penitenciário	N. 2 (Antropologia)	1
Desempregados	N. 2 (Antropologia)/ N. 2 (Direito)	2
Pessoas com transtornos mentais	N. 2 (Antropologia)/ N. 2 (Direito)	2
Loucos	N. 2 (Direito)	1
Loucos de rua	N. 2 (Direito)/ N. 10 (Saúde Coletiva)	2
Grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular – utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória	N. 2 (Antropologia)/ N. 2 (Ciência Política)/ N. 1 (Direito)/ N. 2 (Direito)/ N. 3 (Direito)/ N. 4 (Direito)/N. 5 (Direito)/ N. 6 (Direito)/ N. 8 (Direito)/ N. 4 (Educação)/ N. 7 (Educação)/ N. 9 (Educação)/ N. 10 (Educação)/ N. 1 (Psicologia)/ N. 3 (Psicologia)/ N. 4 (Psicologia)/ N. 5 (Psicologia)/ N. 7 (Psicologia)/ N. 8 (Psicologia)/ N. 10 (Psicologia)/ N. 1 (Saúde Coletiva)/ N. 2 (Saúde Coletiva)/ N. 3 (Saúde Coletiva)/ N. 4 (Saúde Coletiva)/ N. 10 (Saúde Coletiva)/ N. 5 (Sociologia)/ N. 4 (Sociologia)	27
Pessoa em situação de rua	N. 2 (Antropologia)	1
Menor abandonado	N. 6 (Antropologia)	1
Meninos e meninas de rua	N. 6 (Antropologia)/ N. 7 (Educação)	2
Crianças e jovens em situação de rua	N. 6 (Antropologia)	1
População de rua	N. 6 (Antropologia)/ N. 2 (Direito)/ N. 3 (Direito)/ N. 4 (Direito)/ N. 2 (Educação)/ N. 10 (Educação)	6
Sans-abri / desabrigados	N. 1 (Direito)/ N. 5 (Direito)/ N. 1 (Saúde Coletiva)/ N. 8 (Saúde Coletiva)	4
Homeless / sem teto	N. 1 (Direito)/ N. 2 (Direito)/ N. 5 (Direito)/ N. 6 (Direito)/ N. 8 (Direito)/ N. 2 (Educação)/ N. 1 (Saúde Coletiva)/ N. 8 (Saúde Coletiva)/ N. 8 (Sociologia)	9
Trabalhadores sem teto	N. 2 (Direito)	1
Albergados	N. 2 (Direito)/ N. 4 (Direito)	2
Vagabundo	N. 1 (Direito)/ N. 2 (Direito)/ N. 4 (Direito)/ N. 5 (Direito)/ N. 6 (Direito)/ N. 3 (Psicologia)/ N. 4 (Saúde Coletiva)/ N. 3 (Sociologia)	8

Homens da caverna	N. 2 (Direito)	1
Boias frias	N. 2 (Direito)	1
Catadores de papel	N. 2 (Direito)/ N. 5 (Direito)/ N. 6 (Direito)	3
População flutuante	N. 2 (Direito)/ N. 5 (Direito)	2
Trecheiro	N. 2 (Direito)/ N. 5 (Direito)	2
Bêbado	N. 2 (Direito)	1

Fonte: Autor e Autora (2022)

A definição/nominação da população em situação de rua identificada em 27 (vinte e sete) dos 49 (quarenta e nove) trabalhos da amostra selecionada foi:

Grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular – utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Essa definição tem sua razão de ser preponderantemente mencionada pois se refere ao conceito formulado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, e, por ter caráter normativo, é, na maioria das vezes, o ponto de partida do (a) pesquisador (a) para definir os sujeitos de pesquisa.

Nesses termos, a rua parece ser o lugar onde se materializa de modo radical a linha de exclusão a que estão expostas, em escala global, uma camada significativa da população em situação de rua que não é abraçada pelo laço de proteção social. E, em grande medida, tal processo é o resultado do esvaziamento do Estado de Proteção Social alinhado ao avanço do imperialismo econômico neoliberal que impõem um receituário de reformas excludentes aos países de Terceiro Mundo. Vivemos em sociedades

caracterizadas por formas de fascismo, de apartheid social<sup>10</sup>, que como rede de arrasto precariza as possibilidades de emancipação social em detrimento da hipervisibilidade das “violências estruturais, direta e simbólica”<sup>11</sup>.

A construção de definições que se refere ao fenômeno da população em situação de rua remete à centralidade da ideia fulcral de uma sociedade desigual incapaz de formas mais igualitárias de justiça social, conforme as denominações/percepções que integram os trabalhos analisados.

Bom destacar que os termos pejorativos resgatados nesta pesquisa decorrem todos eles do esforço histórico dos (as) pesquisadores (as), cujos trabalhos foram analisados, para nos lembrar de quão perversa e desumana é a humanidade. O estigma, o preconceito, o racismo, a violência de gênero e sexual, o patriarcado e o autoritarismo transformaram essas palavras e expressões em potência à invisibilidade da população em situação de rua.

Lembramos que, na ordem da violência simbólica, a crueldade que separa “eles” e “nós” espelha a discrepância que há entre os atributos e os estereótipos construídos a partir de marcadores de referência no interior de uma ordem hegemônica do suposto padrão de normalidade, ao tempo que nega a própria heterogeneidade que a caracteriza, embora nos trabalhos analisados seja perceptível o reconhecimento da diversidade que configura tais grupos.

Como dito, a violência simbólica, também, alimenta a definição desses grupos atrelados à noção de estigma<sup>12</sup>, à discriminação, fatores que acentuam a vulnerabilidade de quem vive em situação de rua. O empobrecimento datado no corpo é interpretado

como uma marca, uma qualidade profundamente depreciativa, atributos externos com base nos quais as populações em situação de rua são interpretadas a partir de estereótipos considerados um defeito, uma fraqueza, uma pessoa perigosa ou fraca, ou ainda, uma pessoa estragada e diminuída.

Ainda, são perceptíveis a relação da definição dessas populações como atreladas à violência direta, expressa em acontecimentos físico/verbal e material como instrumentos visíveis de sofrimento infligidos diretamente aos corpos de quem vive nas ruas, seja como conduta, maus tratos, abusos psicológicos, torturas, espancamentos e agressões.

### Considerações finais

Enquanto revisão integrativa da literatura relacionada à população em situação de rua, buscou-se mapear as definições, conceitos e nomações em relação aos sujeitos que compõem esse segmento social, resgatando a memória de palavras, expressões e nomes que foram utilizados para nominar, categorizar, designar e definir essa população.

Ao olhar para as experiências de quem vive em situação de rua é preciso questionar as fraturas abissais que obliteram e distinguem aqueles(as) considerados(as) humanos(as) e que ainda lutam por re(existirem) em sua humanidade. “O humano é entendido diferentemente dependendo da sua raça, a legitimidade da sua raça, do seu sexo, a verificabilidade de preceptiva de seu sexo, da sua etnicidade, na compreensão categorial dessa etnicidade”<sup>13</sup>. Há, nisso, uma estreita relação entre a arquitetura do poder desigual do Estado-necropolítico<sup>14</sup> e o modo como o humano é diferentemente concebido a partir da subdivisão da população em subgrupos, como é o caso do racismo (classificação racial), do sexismo (classificação de gênero) ou da classe (classificação do desenvolvimento econômico). Tal dinâmica de hierarquização e diferenciação fertiliza os fenômenos da pobreza e é perceptível o encolhimento da igualdade real e o acesso à justiça para todos. Uma realidade construída por estratégias que operam como

condicionante para a matança desregrada, seja ela simbólica ou material, perpetuada pelo Estado e aceita pela sociedade. A necropolítica configura uma forma de governamentalidade, um esquema perverso que afeta de modo particular os(as) condenados(as) da terra que vivem em situação de rua, populações situadas na fronteira entre vida e morte, entre cidadania e reconhecimento.

### Referências

1. Catálogo de Teses e Dissertações [internet]. 2016 [acesso em 16 nov 2022]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/Brasil/catalogo-teses/#/>
2. Santos BS. Para além do pensamento abissal: as linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos* [internet]. 2007 [acesso em 16 nov 2022]; 79:71-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDbrgc/?lang=pt>
3. Fanon F. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulmeiro; 1975.
4. Wallerstein I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamentos; 1974.v. II
5. Maldonado Torres N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: Santos BS, Meneses MP, organizadores. *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Almedina; 2009.
6. Du Bois WEB. *As almas do povo negro*. Costa JLP, tradutor. New York: Bantam Classic; 1998.
7. Santos BS. Para além do pensamento abissal: as linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos* [internet]. 2007 [acesso em 16 nov 2022];79:71-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDbrgc/?lang=pt>
8. Fanon F. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulmeiro; 1975.
9. Catálogo de Teses e Dissertações [internet]. 2016 [acesso em 16 de nov 2022]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>
10. Carvalho CCF, Rondon Filho EB, Castilho SD. *Segurança pública e população em situação de rua: desafios políticos, ontológicos, epistêmicos e pedagógicos*. São Paulo: Dialética; 2020.
11. Whitmore R, Knafel K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing* [internet]. 2005 [acesso em 7 ago 2022]; 52(5):546-553. Disponível em: [http://users.php.ufl.edu/rbauer/ebpp/whitmore\\_knafel\\_05.pdf](http://users.php.ufl.edu/rbauer/ebpp/whitmore_knafel_05.pdf)
12. Santos BS. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez; 2010.

13. Galtung J. *Tras La violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución* afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia. España: Gernika Gogoratuz; 1998.
14. Goffman E. *Estigma*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC; 2008.
15. Butler J. *Quadros da guerra. Quando a vida é possível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2017.
16. Mbembe A. *Necropolítica: seguido de sobre el gobierno privado indireto*. Archambault EF, tradutor. Espanha: Editora Melusina; 2011.

